



Plenário do Senado durante sessão especial de homenagem aos povos indígenas, presidida por Randolfe, em 25 de abril

No Congresso, índios pedem reconhecimento de seu papel

Manifestações de povos indígenas na Esplanada pediram respeito ao direito de domínio sobre suas terras previsto na Constituição e mudanças em MP para devolver à Funai a demarcação de terras

Reportagem: Dante Accioly
 Colaborou: Nelson Oliveira
 Edição: Juliana Steck

TINGIDOS COM O preto do jenipapo e o vermelho do urucum, indígenas de várias nações protestaram na Esplanada dos Ministérios pintados com cores de guerra, simbolizando a luta por direitos que consideram sob grande risco. A principal demanda é o domínio sobre seus territórios. A Constituição reconhece as línguas, as crenças, as tradições e o direito imprescritível dos índios sobre as áreas que ocupam. As terras são consideradas “inalienáveis e indisponíveis”, e as comunidades originárias têm “o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos”. Mas na prática isso nem sempre acontece.

E há outras reivindicações, como o direito à saúde e à educação, vital para os cerca de 900 mil integrantes da população indígena. Na época do descobrimento, há 519 anos, seus antepassados somavam 3 milhões, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai).

A mais recente mobilização dos povos indígenas começou em abril, durante o 15º Acampamento Terra Livre. No Senado, eles participaram de debates e foram recebidos pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que prometeu se empenhar por eles.

— O diálogo deve ser a palavra de ordem. Os povos originários merecem o nosso respeito e podem contar com o meu apoio para promover a conversa e o entendimento na valorização das causas indígenas — disse Davi.

Após três dias de atividades, os representantes de 225 etnias voltaram para suas aldeias em

estado de alerta. Em 9 de maio, foi dado o primeiro passo para mudar a medida provisória que transferiu a Funai do Ministério da Justiça para a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a responsabilidade pela demarcação de terras para o Ministério da Agricultura (MP 870, de 2019). O relator da MP na comissão mista, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), acolheu a ideia de devolver a Funai ao Ministério da Justiça, juntamente com o poder de identificar, delimitar, demarcar e registrar as terras indígenas. A alteração ainda precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado. — O Brasil tem um deficit. A Constituição estipula prazo de 5 anos para a demarcação, mas já se passaram mais de 30 anos — criticou o cacique Marcos Xukuru, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, durante sessão do Plenário em homenagem ao Abril Indígena no dia 25.

Terras

Parlamentares presentes mostraram preocupação em impedir o avanço do “desenvolvimentismo” sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por entenderem que produto, renda e lucro não podem ser vistos como um objetivo absoluto e inarredável.

— As competências sobre demarcação e licenciamento ambiental de empreendimentos com impacto sobre terras indígenas passaram lamentavelmente para o Ministério da Agricultura, que tem como público-alvo o agronegócio. É colocar a raposa para tomar conta do galinheiro — protestou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Os conflitos de agora são a

versão atualizada de um dilema que paira sobre as aldeias desde a criação do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910: as tribos têm o direito de se manter relativamente isoladas em seus costumes e em sua organização social? Ou a sociedade e o Estado podem exigir — cada vez mais — a inserção das populações tradicionais em um modelo econômico convencional?

O cacique Yssô Truká, representante do Fórum de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, responde: “Não somos miseráveis. Quem tirou as terras dos índios foi quem invadiu o Brasil com essa conversa fiada de que os índios têm que ser iguais a todo mundo. Eu não quero. Eu me recuso a ser igual”, disse em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

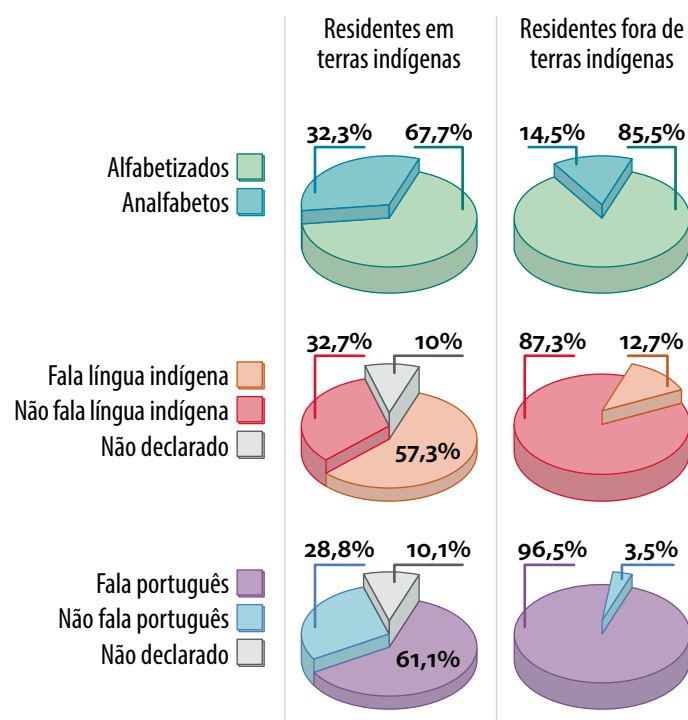
Recentes disputas noticiadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entre produtores rurais e o povo Maraguá, em Nova Olinda do Norte (AM), por causa de mineração, são mais um exemplo numa longa história de conflitos. Segundo a Constituição, a exploração de recursos hídricos e minerais depende do aval do Congresso. Embora nenhuma autorização tenha sido concedida desde 1988, o Instituto Socioambiental estima que há mais de 4 mil processos minerários irregulares em 177 áreas tradicionalmente ocupadas, a maior parte na Amazônia Legal.

Apesar dos riscos inerentes à atividade — como a contaminação de cursos d’água, solo, fauna e flora —, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou, em março, em evento com investidores e mineradores no Canadá, a intenção de autorizar a explo-

Juntos, mas separados

Radiografia do mundo indígena mostra país dividido em processo conflituoso de integração

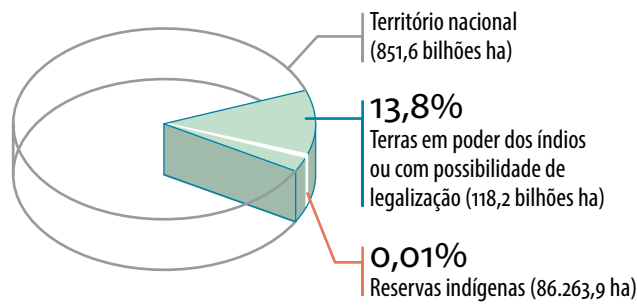
Alfabetização, idioma e distribuição domiciliar



Distribuição populacional por domicílio

	Urbana	Rural
Em terras indígenas	25.963	491.420
Fora de terras indígenas	298.871	80.663

Área das terras indígenas



Orçamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai)

2011	R\$ 431,5 milhões
2017	R\$ 1,6 bilhão

Acompanhamento alimentar e nutricional (menores de 5 anos)

2016	59,6%
2018	82%

Fonte: IBGE, 2010; Funai, 2014

ração em terras indígenas.

— A Amazônia é a área mais rica do mundo. Você tem como explorar de forma racional. E, no lado do índio, dando royalty e integrando o índio à sociedade — defendeu Jair Bolsonaro, em dezembro de 2018, ainda como presidente eleito.

Outra iniciativa interpretada pelos povos indígenas como uma tentativa de “padronização” é a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), ligada ao Ministério da Educação. A medida foi anunciada pelo presidente Bolsonaro em janeiro. O analfabetismo entre índios é de 32,3% — três vezes maior que a média nacional.

Propostas

O Senado analisa 19 propostas (PECs) e projetos de lei com impacto sobre as comunidades indígenas. Na Câmara, são mais de 70 proposições. Alguns dos textos que asseguram direi-

tos são a regulamentação da profissão de agente indígena de saúde (PLS 184/2018), de Telmário Mota (Pros-RR), e a destinação de 40% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para a arte negra e indígena (PL 765/2019).

Para o senador Marcos Rogério (DEM-RO), além da dignidade da pessoa humana, a Constituição apresenta como fundamento os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa.

— Eu não vejo como alguém gozar de dignidade sem ter acesso à renda, à oportunidade, à atividade econômica.

Saiba Mais

- MP 870, de 2019**
<http://bit.ly/MP870de2019>
- PLS 184/2018**
<http://bit.ly/PLS184de2018>
- PL 765/2019**
<http://bit.ly/PL765de2019>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania